

Plano de Carreira tem mudança antes da votação

Projeto de lei não será apreciado pela Câmara nesta quinta, como queriam os servidores públicos municipais e o Executivo

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

Quem defendia uma apreciação rápida do novo Plano de Carreira dos servidores deve estar frustrado. A própria Administração Municipal contribuiu para atrasar a tramitação do projeto no Legislativo ao encaminhar à Câmara de Vereadores uma mensagem aditiva ao texto original. A alteração, entregue na segunda-feira, sepulta de vez a remota chance que havia de votação na sessão desta quinta-feira.

A mensagem aditiva assinada pelo prefeito Luiz Américo Aldana dá nova redação a alguns artigos do projeto de lei, visando, segundo ele, impedir interpretações dúbias. As modificações são referentes a dois aspectos: à progressão vertical dos salários por conta do aumento da escolaridade dos servidores; e à forma como são calculados os vencimentos de quem exerce cargos



ANÁLISE da matéria começou nesta terça-feira na Comissão Geral de Pareceres, mas vereadores querem mais elementos para subsidiar os seus votos de chefia.

De acordo com o procurador geral do Município, Marcelo Rodrigues, a mensagem aditiva nada mais é do que um reforço daquilo que já estava previsto no texto enviado à Câmara. “Inclusive, não haveria problema de votar como estava, mas antes que surgisse al-

guma dúvida, optamos por esclarecer”, explica.

Conforme o projeto, o funcionário que ingressar na atividade pública e continuar estudando ou fizer cursos de qualificação dentro da sua área receberá aumentos salariais que podem somar até 32% do básico da categoria a que pertence. As promoções

poderão ser requeridas a cada cinco anos, até o limite de quatro, e cada concessão representará um acréscimo de 8% sobre o piso na folha do contemplado.

Para o presidente da Câmara, Márcio Miguel Müller (PTB), a correção, mesmo antes de uma maior análise por parte dos vereadores, é

uma demonstração de que é preciso cautela ao analisar um projeto desta envergadura. A matéria está tramitando na Comissão Geral de Pareceres (CGP). Além da análise do consultor jurídico, Vinícius Kirsten, também foi solicitado parecer à Delegações de Prefeituras Municipais (DPM), órgão que

auxilia juridicamente câmaras e prefeituras. “Cobramos muito do Executivo que encaminhasse o novo Plano de Carreira dos Servidores. Porém, temos de ter prudência ao votar a matéria, até mesmo para não prejudicar os próprios servidores devido a algum erro no corpo do projeto”, ressalta Müller.

A cautela defendida pelo presidente e a necessidade de tramitação da mensagem aditiva eliminam as chances de votação do projeto nesta quinta-feira, como queriam os servidores públicos e o próprio Executivo. Os vereadores também pretendem ouvir os técnicos da empresa responsável pelo cálculo do impacto financeiro no novo Plano, na Comissão Geral de Pareceres (CGP). Na prática, o cálculo representa o quanto irá custar esta mudança para o Município. “Nossa vontade é a de que o projeto seja votado ainda este ano”, conclui o presidente da Câmara.